

Elites políticas e oligarquias no Piauí (Brasil): trajetória política da elite parlamentar piauiense (1998-2014)

Livia Maria Silva Alves

Universidade Federal do Piauí
Teresina - Piauí - Brasil
liviamaria_alves@hotmail.com

Manoel Ricardo Arraes Filho

Universidade Federal do Piauí
Teresina - Piauí - Brasil
ricardoarraes@uol.com.br

Resumo: O argumento central deste artigo é sobre a trajetória política dos deputados estaduais piauienses, eleitos entre os pleitos de 1998 e 2014. Entendemos a trajetória política como uma etapa crucial para angariar aos postos políticos. Com isso, analisaremos a carreira política prévia que foi construída por determinados indivíduos inseridos em uma esfera de poder, compreendendo como uma pessoa consegue conquistar uma vaga no Parlamento Estadual, ou seja, tornar-se um Deputado Estadual. Para isso, procuraremos apresentar neste trabalho, de forma sistemática, ou seja, através da utilização de recursos estatísticos descritivos, como a construção de tabelas e cálculo de porcentagens, as informações que serão coletadas sobre os Parlamentares que compuseram as bancadas eleitas entre anos eleitorais de 1998 a 2014. A principal fonte utilizada foram os dados estatísticos encontrados nos sítios eletrônicos do TSE, TRE-PI e da Assembleia Legislativa do Piauí. Tal constatação nos leva a crer que a existência de uma carreira política consolidada ou em fase de construção ajuda na conquista de uma cadeira na Assembleia Legislativa do Piauí.

Palavras-Chaves: História Política. Elite Parlamentar Piauiense. Trajetória Política.

Introdução

Quando falamos ou estudamos sobre a trajetória política de indivíduos comuns, passamos a entendê-la como uma etapa importante do processo de recrutamento para os cargos políticos como um todo. O que este texto pretende discutir e apresentar é justamente a carreira política dos candidatos ao posto de deputado estadual piauiense e, através desta vertente, analisar quais foram os meios de recrutamento que esses futuros deputados estaduais vieram. Quando iniciamos este trabalho, pensamos se realmente

existia uma carreira política consolidada ou em fase de construção antes da conquista de uma cadeira na Assembleia Legislativa Piauiense (ALEPI) ou se existia uma relação entre uma carreira política extensa ou não e a conquista ao posto de deputado estadual.

Durante toda a pesquisa foram colhidas informações sobre as atividades políticas exercidas anteriormente pelos deputados estaduais. Assim, incluiremos informações sobre a ocupação de cargos eletivos em instituições parlamentares a nível municipal, estadual e federal, além das atividades desenvolvidas na administração pública. São atividades exercidas pelos deputados estaduais que, de certa forma, facilitam sua entrada para o Parlamento Estadual, pois, uma vez instalados no poder, esses candidatos procuram dar sequência às suas carreiras políticas de forma ascendente.

A parte introdutória será desenvolvida à luz da teoria, ou seja, conceitos que irão fundamentar o texto. São conceitos que estão estritamente ligados ao desenvolver de cada objetivo proposto. Nesta parte inicial serão trabalhados os conceitos de *Elites*, *Elite Política* e *Oligarquia*, utilizando-se das contribuições teóricas deixadas por três autores clássicos elitistas: Gaetano Mosca (1966), Vilfredo Pareto (1984) e Robert Michels (1982). Trabalharemos também com os conceitos de *Renovação* (Numérica e Geracional) e *Mobilidade Política*.

Na parte seguinte serão analisados os níveis de Renovação dentro do Parlamento Estadual. Isso será medido através das faixas de idade que correspondem ao ano de ingresso desses deputados na Alepi. Em seguida será discutido sobre a mobilidade geográfica dos deputados estaduais eleitos, ou seja, o local de nascimento juntamente com o local do primeiro cargo público ocupado, para depois estabelecermos uma análise do local do primeiro cargo público com o local do último cargo público ocupado antes de cada ano eleitoral.

Na terceira parte do texto apresentaremos um resumo da carreira ou da experiência política dos deputados estaduais eleitos no período em questão. Foi considerado o primeiro cargo público que o candidato eleito conquistou, seja ele eletivo (prefeito, vereador, deputado estadual e federal); por concurso público ou aqueles que exerceram atividades em instituições públicas. Na quarta parte será trabalhado com a experiência partidária que ao longo da carreira política os candidatos eleitos acumularam. Entendemos que o número de partidos percorridos pelos deputados durante a trajetória política pode mostrar o nível de intensidade da atividade política. Na quinta parte será analisado o tempo de carreira dos deputados estaduais durante o

período em questão: será contabilizado desde o primeiro cargo até o último cargo eletivo conquistado antes de cada ano eleitoral.

A justificativa da escolha do tema é a observação de que, para conquistar um cargo eletivo – neste caso uma cadeira na Alepi – precisa-se ter uma carreira política consolidada ou em fase de construção ou ser um herdeiro político direto. Os dados nos mostram que a cada ano eleitoral fica mais difícil o acesso daqueles que não se encaixam em nenhuma das duas opções apresentadas. Trabalhos nessa temática trazem à sociedade oportunidades de reflexões sobre os rumos que a política piauiense e brasileira de forma geral vem tomando.

Já nosso recorte temporal justifica-se pela preocupação e interesse em dar continuidade aos trabalhos que versaram sobre o tema, mapeando e localizando esses sujeitos, contribuindo assim para a construção da historiografia piauiense, nordestina e nacional sobre o tema. Justifica-se também por uma razão de ordem histórica: percebemos, com os estudos realizados até os anos 1990 nessa temática um número significativo de candidatos com uma elevada carreira política local que, de certa forma, “barravam” aqueles em início de carreira. Com a realização desta pesquisa pretendemos constatar que, mesmo sendo em épocas diferentes, ainda há dominação destes grupos políticos.

A principal fonte são os dados estatísticos encontrados nos sites do TSE e TRE-PI e nas informações biográficas dos deputados encontrados no site da Alepi. Para isso, procuraremos apresentar neste artigo, de forma sistemática através da construção de tabelas e cálculo de porcentagens, algumas informações que foram coletadas sobre a carreira política dos parlamentares que compuseram a Alepi nos pleitos de 1998 a 2014. Assim, a realização deste trabalho estará amplamente baseada em estudos semelhantes já existentes sobre a história parlamentar brasileira e piauiense. Dentre estes estudos, destacam-se os de Rodrigues (1986; 2002; 2006), Braga (1998), Ricardo Arraes (2000) e Perissinotto; Codato; Fuks; Braga (2007). No que diz respeito à construção de tabelas e apresentação de dados, utilizamo-nos especialmente dos trabalhos de Codato; Almeida (2007), Costa (2007), Gouvêa (2007)¹ e Arraes (2000), na medida em que estes autores são os que mais se aproximam da proposta principal deste trabalho, no que tange à

¹ São capítulos que tratam sobre a carreira política das elites paranaenses, encontrados no livro - *Quem Governa?* - Organizado por Perissinotto, Codato, Fuks e Braga. PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano Nervo; FUKS, Mário; BRAGA, Sérgio (org.). *Quem governa?* Um estudo das elites políticas do Paraná. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

sistematização de informações e na utilização de recursos estatísticos para apresentar e tabular os dados coletados.

Elites políticas e oligarquias no Piauí

A Assembleia Legislativa Piauiense é transformada em objeto de estudo para este artigo, especificamente os desdobramentos ocorridos nas eleições de 1998 e 2014. O foco é analisar as Elites Políticas e o Processo de Oligarquização que existem no Parlamento Estadual. Para tanto é necessário dialogar sobre tais conceitos e os estudos que foram realizados sobre o tema. Esse diálogo constituirá parte da riqueza do presente trabalho, contribuindo para aperfeiçoar a pesquisa.

Conforme os estudos de Norberto Bobbio (1982, p. 954), em seu significado clássico e moderno, *política* deriva do adjetivo originado de *pólis* (*politikos*), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público e social. O poder é algo dinâmico, ativo, vivo, e é através dele que nos manifestamos e/ou sofremos os limites da liberdade na relação indivíduo e sociedade. Sua estrutura que se manifesta no campo político piauiense é a materialização de situações objetivas de posse e de riqueza. Nesse domínio, o poder político do estado tem se reproduzido e se consolidado graças a redes econômicas, sociais e de parentesco. O poder e a negociação institucionalizada são elementos que dão vida ao sistema político. Entretanto, a estrutura interna das organizações, sua reprodução e as relações de poder produzem poucas modificações na organização local. Há sempre alguma forma de negociação da ordem, mas em virtude do alto grau de equilíbrio alcançado pelas principais lideranças sobre a estrutura interna e sobre a rede de diretórios no estado, o comando consegue reproduzir-se com relativa tranquilidade, sobrepunhando-se sobre as várias demandas e as pressões dos correligionários e dos partidos políticos (ARRAES, 2014, p. 19).

Isso nos remete a Foucault (1995), para quem o poder não é uma coisa espacial, é somente um elemento dentro das relações entre os indivíduos. A consciência dos cidadãos acerca desse aspecto é indispensável à prática do respeito e da liberdade dos outros. Essa consciência poderia modificar a estrutura de relações e a luta contra as injustiças que se cometem em nome do poder. É a falta dela que faz com que um pequeno grupo de indivíduos eleitos impunham suas vontades sobre os demais. Os indivíduos temem e aceitam o discurso manipulador, reconhecendo-se desprovidos de poder.

Reconhecer-se sem poder significa não ter nenhuma influência, mas sim sofrer influências. Assim, uma parcela da sociedade continua governando e oprimindo enquanto a outra não se posiciona. Ou seja, uma parcela não consegue visualizar a realidade das relações de poder e, conseqüentemente, ajudam a perpetuar as elites no poder legislativo. Para a discussão do caso piauiense, evidenciamos a natureza e a composição da elite política e para a interpretação do fenômeno da dominação política, utilizamos os conceitos de Oligarquia, Elite e Elite Política para identificar a natureza da elite política que ocupa cargos nos Legislativos Piauienses.

O tema das elites tem sido constantemente tratado pelos estudos de sociologia política e historiografia social. A ausência de consenso em torno desse conceito na literatura tem alimentado a controvérsia metodológica para definição do que seja elite. Antes das discussões iniciadas pelos estudos sociológicos, o uso do termo “elite” esteve restrito à linguagem militar, ou seja, o termo foi inicialmente utilizado com o sentido de pessoa ou objeto que tem qualidades excepcionais e também para pessoas que ocupavam “altas posições sociais”. De acordo com Suzanne Keller no século XVIII este termo passou a ser utilizado na França como significando “tudo que era excelente” e nas ciências sociais como “um grupo de pessoas que, em qualquer sociedade, ocupa posições de destaque” nas principais instituições do sistema político (FARIAS FILHO, 2011, p. 175).

Os estudos dos elitistas Gaetano Mosca (1966) e Vilfredo Pareto (1984) inserem este conceito na discussão sobre relações de poder e dominação, com o intuito de explicar as transformações sociais e políticas nas sociedades. Robert Michels (1982) mostrou a constituição de elites e sua inevitabilidade (“lei de ferro da oligarquia” ou “gaiola de ferro oligárquica”), desenvolvendo uma crítica à organização partidária como ideal de democracia “pura”. Ao longo do tempo vários estudos foram realizados em torno do conceito, uns procuram definir grupos considerados elites como Wright Mills (1975), outros tentam ampliar o conceito de elite como Suzanne Keller (1967). Contudo, todos concordam que nas sociedades há diferenciação social e de poder (FARIAS FILHO, 2011).

Estudos nessa área só recentemente começaram a despertar a atenção dos pesquisadores de história, sociologia e política. As reflexões e dados que serão apresentados ao longo do trabalho introduzem a especificidade no rol dos trabalhos sobre poder político realizado no país; entre eles podemos citar as contribuições de José Murilo de Carvalho (1981), Eul-Soo Pang (1979), Gláucio Soares (1973), Victor Leal

Nunes (1997) e Raymundo Faoro (1975). São contribuições para reflexões acerca da formação e composição das elites políticas e que nos fornecem importantes luzes sobre as oligarquias regionais no Brasil. No que diz respeito aos estudos que contemplam a elite política local podemos elencar as contribuições do cientista político Ricardo Arraes (2000), da historiadora Tânia Brandão (1995), as obras do professor José Lopes dos Santos (1992), os estudos de Cláudio Bastos (1991), do cientista político Francisco Farias (1999) e do professor Roberto John (1997). São estudos que contemplam o cenário sobre a constituição e composição da elite política piauiense.

Dessa forma, podemos definir e situar o campo do conhecimento em que esta pesquisa se insere. Sabemos que no interior da disciplina da História podem ser entrevistados vários domínios ou campos, como por exemplo a História Política, e é nesse campo que posicionamos a presente pesquisa, precisamente na História Política do século XX – essa que superou a exclusiva preocupação anterior com a política dos grandes Estados e que passou a se interessar também pelo “poder” nas suas diversas modalidades. A nova História Política passou a abrir espaço para uma “História vista de baixo”, ora preocupada com as grandes massas, ora com o indivíduo comum. Fez com que proliferassem estudos históricos sobre o processo eleitoral, partidos políticos, mídia, opinião pública, etc.; nesse movimento de renovação, recuperou contato com outras disciplinas, principalmente com a Ciência Política, e é, com esse outro campo que este trabalho irá dialogar (RÉMOND, 1996).

Enquanto conceito teórico, o termo elite possui uma longa história de discussões, não sendo possível identificar um consenso em torno dele em virtude das formas diferenciadas como é abordada. Essa diversidade de estudos e discussões serviu para mostrar o interesse que o tema desperta. Os autores clássicos elitistas buscaram explicar de que forma pequenos grupos de pessoas se destacavam nas sociedades, tendo como fundamento a manifestação do poder. O uso do termo “elite” nas ciências sociais tem início com Gaetano Mosca (1966), que defende a tese de que em todas as sociedades sempre existiram duas classes – as que dirigem e as que são dirigidas. Pareto (1984) apresentou duas formas diferentes de elite – a elite governante e a elite não governante. Gaetano Mosca (1966) defende que os grupos se diferenciam porque um grupo está organizado e detém o poder de decisão, já o outro é formado pelos que sofrem as ações deste poder. Para Vilfredo Pareto (1984), o poder de dirigir é o que irá destacar os que governam dos demais, no caso os governados. O diferencial entre Pareto e Mosca é que

aquele prevê um fenômeno que não foi tratado por este, ou seja, o processo de renovação ou circulação das elites.

Robert Michels (1982) apresenta sua crítica a um tipo mais específico de organização social e política, qual seja, o partido político (especificamente o Partido socialdemocrata Alemão). Michels (1982) vê na organização partidária a impossibilidade de se constituir um tipo de democracia “pura”, em virtude da tendência ao surgimento de uma hierarquia funcional que projeta uma oligarquia (grupo que governa os demais).

Os três autores apresentados acima convergem em um ponto: todos eles argumentam sobre a polarização de grupos, ou seja, não falam de classes sociais e sim de grupos. A concepção de Robert Michels mostra a possibilidade real de ascensão dos grupos pertencentes a “não elite”, desde que ela tenha as capacidades e as habilidades requeridas para ocupar postos mais elevados na hierarquia da sociedade ou da organização e, portanto, exercer o poder político. Já para Mosca e Pareto líderes são líderes porque têm habilidades e capacidades. Thomas Bottomore (1965) faz uma revisão dos trabalhos de Mosca e Pareto, argumentando que a classe política é o grupo com poder e que está empenhado na busca de exercer liderança. Para este autor, a elite é composta por “muitos grupos que podem estar empenhados em diversos níveis de cooperação, competição ou conflito entre si” (BOTTOMORE, 1965, p. 16).

Na literatura brasileira José Murilo de Carvalho, no seu livro *A Construção da Ordem*, estudando as origens e a formação das elites brasileiras no Brasil Colônia, discute estes traços e afirma que quanto mais homogêneas as elites, mais estável o processo de formação do Estado. Carvalho tende a seguir Mosca quando afirma que, genericamente, a educação, a participação na burocracia estatal e a utilização de uma linguagem e valores comuns proporcionam certa homogeneidade entre as elites, o que, por seu turno, também tornariam possível um acordo básico sob a forma de organização do poder (CARVALHO, 1990, p. 39).

Em linhas gerais, a concepção de Elite que será utilizada na presente pesquisa repousa, mas não se esgota, na ideia clássica e mais geral que perpassa as obras dos pensadores elitistas de que em toda sociedade existirá sempre uma minoria organizada que é detentora das várias formas de poder, seja ele econômico, político ou ideológico, a qual se deu o nome de elite em contraposição à maioria desorganizada. No seu interior encontra-se a Elite Política, que é aquela minoria que detém mandatos eletivos.

Quanto ao conceito de Oligarquia a pesquisa irá se apropriar das contribuições deixadas por Robert Michels (1982). Talvez tenha sido a contribuição teórica de maior

alcance a do clássico trabalho de Michels (1982), *Sociologia dos Partidos Políticos*. Esta nos legou um conceito descritivo de oligarquia, aplicável não somente aos partidos, mas a diversas formas organizacionais nas quais relações de poder se estabelecem. O conceito micheliano de oligarquia permite identificar processos mediante os quais certos grupos apoderam-se do poder organizacional e tal aporte conceitual nos permite problematizar questões centrais da análise política contemporânea. Na formulação grega clássica de Platão (2000) e Aristóteles (1991), o conceito de oligarquia aparece no âmbito da discussão sobre formas de governo, sendo pelos dois autores definido como o governo dos ricos.

A concepção de Robert Michels (1982) foi influenciada pelos teóricos elitistas que lhe antecederam, Gaetano Mosca (1966) e Vilfredo Pareto (1984). Michels (1982) toma como ponto de partida as descobertas dos dois teóricos elitistas que lhe precederam para ir além ao elaborar uma teoria que se ocupa especificamente do processo pelo qual elites dirigentes se transformam em oligarquias. Michels (1982) confere importância a um aspecto da relação desigual entre minorias e majorias que contribui para o surgimento de uma oligarquia: o controle exercido sobre o aparato organizacional. Para o autor, minorias ou elites que controlam organizações dos mais variados tipos, liderando os demais membros, tenderiam inelutavelmente a converterem-se em oligarquias, pois seus interesses distanciam-se cada vez mais daqueles do restante da coletividade.

Para esta pesquisa, o conceito de Oligarquia contribuiu para uma reflexão que teve dois objetivos: um teórico-conceitual e outro empírico. O objetivo teórico-conceitual é fixar um conceito de oligarquia, com suas modificações para a realidade local. Já o objetivo empírico contribuirá para elaboração de um modelo de análise que permita identificar e explicar como o processo de oligarquização se constrói na Política Piauiense, especificamente na Assembleia Legislativa do Piauí. Ou seja, compreender melhor como ocorre esses processos é o que pode ser proporcionado por estudos como esse, acerca de processos de oligarquização focados na análise de casos concretos, cuja fragmentação permite detalhar os mecanismos que irão conduzir à conversão de elites dirigentes em grupos de oligarcas (COUTO, 2012, p. 57-58). Feita esta introdução aos conceitos de Elite Política e Oligarquia passaremos a analisar a carreira política dos deputados estaduais eleitos entre as legislaturas de 1998 e 2014.

Renovação parlamentar e mobilidade geográfica

Neste tópico, pretendemos discutir sobre o nível de renovação dentro da Alepi e a sua mobilidade geográfica. Entendemos por mobilidade geográfica o movimento espacial ou o deslocamento pelo qual os deputados estaduais passaram, ou seja, analisaremos conjuntamente o local de nascimento dos candidatos eleitos para cada pleito e o local do primeiro cargo público antes de ingressarem ao Parlamento. No que diz respeito à renovação das bancadas eleitas, será analisado a renovação numérica que consiste na estreia de mandatos, melhor dizendo, na maior ou menor entrada de novos deputados.

A renovação geracional será observada através da variável faixa etária dos deputados estaduais eleitos, ou seja, a idade que cada deputado tinha ao ingressar pela primeira vez na Alepi. É válido informar que na construção da tabela sobre a idade dos deputados foram contabilizados os mandatos obtidos através de suplência, ou seja, aquele deputado que foi eleito pela primeira vez na Alepi por suplência. Na tabela 01 iremos analisar as taxas de permanência e renovação numérica, isto é, os níveis de estreia e continuidade de mandatos.

Tabela 01: Taxas de renovação e permanência na Assembleia Legislativa do Piauí (1998-2014)

	1998		2002		2006		2010		2014		Média
	Nº	%	%								
Taxa de Permanência	17	56,66%	23	76,66%	23	76,66%	20	66,66%	18	60,00%	67,30%
Taxa de Renovação	13	43,33%	7	23,33%	7	23,33%	10	33,33%	12	40,00%	32,66%
Total	30	99,99%	30	99,99%	30	99,99%	30	99,99%	30	100,00%	99,96%

Fonte: Dados do TSE, TRE-PI e Alepi.gov

De acordo com a tabela 01, observamos que nos cinco pleitos estudados era reduzida a estreia de mandatos na Assembleia Legislativa, prevalecendo a continuidade de mandatos da maioria. Observamos que o “pico” da taxa de permanência encontra-se nos pleitos de 2002 e 2006 com 76,66% (ou 23 deputados) de reeleição da bancada, contra 23,33% (ou 7 deputados) que ingressavam pela primeira vez na Alepi. O que os dados nos mostram é que existe um grupo político forte que consegue permanecer no poder por mais tempo, que vem conquistando a cada pleito uma reeleição. A média de manutenção na Assembleia Legislativa no período estudado (1998-2014) foi de 67,3%,

enquanto a média de renovação foi de 32,66%. A tabela 02 nos mostra o nível de renovação geracional.

Tabela 02: Idade ao ingressar na Assembleia Legislativa do Piauí (1998-2014)

Idade	1998		2002		2006		2010		2014	
	Nº	%								
21-30	4	13,33%	5	16,66%	4	13,33%	4	13,33%	6	20,00%
31-40	12	40%	13	43,33%	15	50%	17	56,66%	14	46,66%
41-50	9	30%	6	20%	9	30%	7	23,33%	7	23,33%
51-60	5	16,66%	6	20%	1	3,33%	1	3,33%	2	6,66%
60+	-	-	-	-	1	3,33%	1	3,33%	1	3,33%
Total	30	99,99%	30	99,99%	30	99,99%	30	99,98%	30	99,98%

Fonte: Dados do TSE, TRE-PI e Alepi.gov

Para a construção da tabela 02 foram consideradas as idades daqueles candidatos que pela primeira vez conquistaram vagas no parlamento, independente de terem sido eleitos e/ou reeleitos anterior e posteriormente a cada ano eleitoral analisado. A tabela 02 mostra que a maioria dos deputados ingressou na Alepi com idade entre 31 e 40 anos. Analisando o pleito de 1998 observamos que 40% dos deputados que foram eleitos para esse pleito entraram na Alepi nesta faixa etária, contra quatro deputados (13,33%) que ingressaram no parlamento com idades entre 21 e 30 anos.

No ano eleitoral seguinte, a faixa etária com maior destaque se repete, ou seja, a faixa etária de 31-40 anos. Nela observamos que houve um pequeno aumento comparado a legislatura anterior: nesse pleito observamos que 13 deputados (43,33%) ingressaram na Alepi entre os anos estabelecidos pela faixa etária de 31-40anos, contra cinco deputados (16,66%) que entraram na Casa Legislativa com idade entre 21 e 30 anos.

No pleito de 2006, notamos que a faixa de maior representatividade continua sendo a mesma com 50% das cadeiras contra a faixa de 51-60 anos com um pouco mais de 3% das vagas. Na legislatura seguinte, observa-se que a faixa etária de 31-40 anos foi a maior se comparada aos outros quatro pleitos, nela encontram-se 17 deputados que ingressaram na Alepi com idades entre 31 e 40 anos. No último pleito analisado a situação se repete: encontramos na faixa etária 31-40 anos o número de 14 deputados (46,66%) contra a faixa etária mais velha (Mais de 60 anos) com 3,33%. Dessa forma, a tabela 2 nos mostra que se analisarmos os dois extremos das faixas etárias (21-30 e 51-60 anos/mais de 60 anos) nos revela um baixo percentual, ou seja, os mais jovens e os

mais velhos se fazem menos presentes. Na próxima parte deste tópico iremos analisar, com auxílio da tabela 03, a idade dos deputados estaduais no primeiro cargo público.

Tabela 03: Idade dos deputados estaduais no 1º cargo público (1998-2014)

Idade	1998		2002		2006		2010		2014	
	Nº	%								
21-30	11	36,66%	12	40,00%	13	43,33%	14	46,66%	17	56,66%
31-40	8	27%	9	30,00%	8	27%	12	40,00%	9	30,00%
41-50	6	20%	5	17%	5	17%	2	6,66%	-	-
51-60	2	6,66%	2	7%	-	-	-	-	1	3,33%
Não informado	3	10%	2	6,66%	4	13,33%	2	6,66%	3	10,00%
Total	30	99,98%	30	99,98%	30	99,98%	30	99,98%	30	99,99%

Fonte: Dados do TSE, TRE-PI e Alepi.gov

Para a construção da tabela 03 foi considerado o primeiro cargo público ocupado antes de cada pleito eleitoral. Foram contabilizados os cargos públicos obtidos através de concurso público, cargos em secretarias municipais e estaduais, cargos de diretoria de instituições públicas e cargos eletivos. Alguns deputados tiveram como seu primeiro cargo público o cargo de deputado estadual, que nesse caso entrou na contagem. Diante disso, podemos observar que a faixa de idade mais frequente é a de 21-30 anos, o que nos leva a entender que os candidatos ao posto de deputado estadual iniciaram cedo as atividades públicas.

Observamos que durante todo o pleito analisado há um crescente em relação à faixa etária 21-30 anos. No pleito de 1998 essa faixa era composta por 36,66% (11 deputados) das vagas disponíveis na Alepi contra 6,66% (2 deputados) da faixa de 51-60 anos. No ano eleitoral seguinte o número de deputados presentes na faixa 21-30 anos sobe para 12 ou 40% da composição da bancada. No pleito de 2006, encontram-se 43,33% ou 13 deputados presentes na faixa 21-30 anos, na legislatura de 2010, observamos 14 deputados ou em valores percentuais de 46,66% e, em 2014 notamos um salto para 17 (56,66%) deputados presentes na faixa 21-30 anos, contra 3,33% da faixa 51-60 anos. Nas próximas tabelas iremos abordar sobre a mobilidade geográfica que os candidatos a deputado estadual percorreram, ou seja, o deslocamento que muitos tiveram em relação a capital piauiense e ao interior do estado, em alguns momentos entre outras unidades federativas.

Tabela 04: Local de nascimento e Local do primeiro cargo público dos Deputados Estaduais (1998-2014)

Local de Nascimento dos deputados estaduais										
	1998		2002		2006		2010		2014	
	Nº	%								
Teresina	7	23,33%	9	30,00%	8	26,66%	12	40,00%	15	50,00%
Interior do Piauí	21	70%	17	56,66%	19	63,33%	17	56,66%	13	43,33%
Outras UF	2	6,66%	4	13,33%	3	10,00%	1	3,33%	2	6,66%
Total	30	99,99%	30	99,99%	30	99,99%	30	99,99%	30	99,99%

Local do Primeiro cargo público dos deputados estaduais										
	1998		2002		2006		2010		2014	
	Nº	%								
Teresina	23	76,66%	23	76,66%	24	80%	23	76,66%	22	73,33%
Interior do Piauí	5	16,66%	6	20,00%	6	20,00%	7	23,33%	7	23,33%
Outras UF	1	3,33%	-	-	-	-	-	-	1	3,33%
Não informado	1	3,33%	1	3,33%	-	-	-	-	-	-
Total	30	99,98%	30	99,99%	30	99,99%	30	99,99%	30	99,99%

Fonte: Dados do TSE, TRE-PI e Alepi.gov

No que diz respeito ao local de nascimento dos deputados estaduais, observamos uma predominância daqueles que nasceram no interior do estado em comparação aos nascidos na capital e em outros Estados. De acordo com a tabela 04, notamos que no pleito de 1998 70% dos deputados que foram eleitos haviam nascido no interior do Piauí, nos pleitos seguintes há um equilíbrio quanto ao nível elevado dessa faixa em comparação com as demais. Portanto, devemos destacar o pleito de 2014 no qual encontramos o número maior de deputados nascidos em Teresina, com o número de 15 (50%) deputados. Uma das razões para este fato ter ocorrido foi devido à composição da bancada eleita para 2014 ser bastante jovem, ou seja, a maioria dos deputados tem idade entre 21 e 35 anos e são herdeiros políticos diretos (aqueles que “herdam” a cadeira na Alepi de um parente próximo sejam pelo pai, tio ou avô).

Os dados visualizados na tabela acima sobre o local de nascimento, quando comparados com o local onde ocuparam o primeiro cargo público, mostram na prática a mobilidade geográfica que ocorreu durante os anos eleitorais que foram analisados. Encontramos no pleito de 2006 o maior número de deputados que conquistaram seu primeiro cargo público na capital: foram 24 deputados estaduais, ou seja, 80% da bancada eleita para este pleito conquistou seu primeiro cargo público na capital piauiense. Ao analisarmos os demais anos eleitorais, notamos que há certa linearidade em relação aos

valores percentuais, em 1998, 2002 e 2010 foram 23 (76,66%) deputados que ingressaram ao primeiro cargo público na capital, em 2014 foram 22 (73,33%) deputados. Outro ponto a ser analisado foram os deputados nascidos em outras unidades da federação, muitos destes iniciaram sua vida pública dentro do Piauí. Dos doze deputados que nasceram em outros Estados, apenas dois iniciaram sua vida pública fora do Piauí. A tabela 05 mostra a comparação entre o local do primeiro cargo público ocupado pelos deputados e o último local do cargo ocupado por estes.

Tabela 05: Local do 1º cargo público e do último cargo dos deputados antes de cada pleito analisado

Local do 1º cargo público ocupado pelos deputados estaduais (1998-2014)										
	1998		2002		2006		2010		2014	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Teresina	23	76,66%	23	76,66%	24	80,00%	23	76,66%	22	73,33%
Interior do Piauí	5	16,66%	6	20,00%	6	20,00%	7	23,33%	7	23,33%
Outras UF	1	3,33%	-	-	-	-	-	-	1	3,33%
Não informado	1	3,33%	1	3,33%	-	-	-	-	-	-
Total	30	99,98%	30	99,99%	30	100,00%	30	99,99%	30	99,99%
Local do último cargo público ocupado pelos deputados estaduais (1998-2014)										
	1998		2002		2006		2010		2014	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Teresina	25	83,33%	27	90,00%	26	86,66%	25	83,33%	24	80,00%
Interior do Piauí	3	10,00%	2	6,66%	2	6,66%	3	10,00%	2	6,66%
Outras UF	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,33%
Não informado	2	6,66%	1	3,33%	2	6,66%	2	6,66%	3	10,00%
Total	30	99,99%	30	99,99%	30	99,98%	30	99,99%	30	99,99%

Fonte: Dados do TSE, TRE-PI e Alepi.gov

Quanto ao local de início da carreira política dos deputados estaduais em comparação ao último cargo ocupado antes de cada pleito mostra que não houve uma significativa mobilidade geográfica, mas vale ressaltar que a pouca mobilidade geográfica que ocorreu foi em direção à capital do estado. No pleito de 1998, 23 (76,66%) deputados conquistaram seu primeiro cargo público na capital. No mesmo pleito, 25 (83,33%) deputados exerceram seu último cargo público também na capital, ou seja, houve uma pequena mobilidade política do interior do Estado em direção à capital, dois deputados migraram do interior para capital.

No ano eleitoral seguinte, observamos que 23 (76,66%) deputados ingressaram na atividade pública em Teresina, da mesma forma que no pleito anterior, foi percebido

uma pequena movimentação de deputados vindos do interior em direção à capital: quatro deputados mudaram do interior para Teresina em comparação ao primeiro e último cargos exercidos, totalizando a maior taxa de 27 (90,00%) deputados. Nos anos eleitorais seguintes, notamos que há um equilíbrio nos valores em comparação ao primeiro e ao último cargo exercido pelos deputados, ficando em torno de 70% e 80% respectivamente, migrando dois deputados em cada pleito do interior do Estado para a capital. Na tabela 06 iremos visualizar a experiência partidária dos deputados estaduais eleitos entre 1998 e 2014.

Tabela 06: Número de partidos pelo qual passaram os deputados estaduais até o período analisado

Número de partidos	1998		2002		2006		2010		2014	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Um	12	40,00%	13	43,33%	18	60,00%	21	70,00%	17	56,66%
Dois	11	36,66%	10	33,33%	6	20,00%	4	13,33%	10	33,33%
Três	3	10,00%	4	13,33%	3	10,00%	2	6,66%	2	6,66%
Quatro	3	10,00%	3	10,00%	3	10,00%	3	10,00%	-	-
Cinco	1	3,33%	-	-	-	-	-	-	1	3,33%
Total	30	99,99%	30	99,99%	30	100,00%	30	99,99%	30	99,98%

Fonte: Dados do TSE, TRE-PI e Alepi.gov

A tabela 06 nos mostra a história ou a experiência partidária dos deputados estaduais eleitos. Um ponto que observamos com a configuração da tabela acima é a inserção e, de certa forma, a história dos deputados estaduais nos partidos políticos. De acordo com Luiz Domingos Costa (2007, p. 148) o número de partido percorridos na carreira política é um indicador de atividade política intensa, independentemente do que isso possa significar para o sistema partidário como um todo e para a institucionalização política; é um indício de alta atividade política na medida em que demonstra estratégias de sobrevivência e maiores benefícios nas oportunidades tanto eleitorais quanto de coalizões da política local.

Podemos observar de início que a maior parte dos deputados eleitos entre os anos de 1998 e 2014 estiveram apenas em um partido antes de cada pleito estudado, ou seja, em média 54% dos deputados pertenceram ao partido em que foram eleitos. No pleito de 1998, o número de deputados que pertenceram a um único partido chega aos 40% do total de cadeiras ocupadas; já no ano eleitoral de 2002 esse valor é um pouco maior comparado à legislatura anterior, ficando pouco acima dos 43%. Nas eleições de 2006, esse número aumenta para 18 deputados (60%) que pertenceram a um partido político; na legislatura de 2010 observamos o número de 70% ou 21 eleitos do total das

vagas em disputa e, no ano eleitoral de 2014 esse número reduz para 56% do total de cadeiras.

Em contrapartida, em média 46% passaram por pelo menos dois partidos antes de assumirem o cargo na Alepi. Nos pleitos iniciais, de 1998 e 2002, a quantidade de deputados que pertenciam a um único partido era menor comparado aos deputados que passaram por dois ou mais partidos, ficando com 60% e 57%, respectivamente. Os anos eleitorais seguintes a situação se inverte. Em 2006, 12 (40%) deputados passaram por dois partidos ou mais; em 2010, apenas 9 (30%) deputados permaneciam nessa situação e em 2014, 13 (43%) deputados haviam passado por dois ou mais partidos.

Dessa forma, a maioria dos deputados estaduais eleitos no período em questão tiveram mudanças partidárias no decorrer da sua trajetória política. De acordo com Costa (2007, p. 148-149), esses resultados indicam que a uma parcela significativa da elite política parlamentar usou das características típicas de comportamento partidário vigentes no país para seu sucesso político e o pertencimento exclusivo a um único partido político não é algo decisivo para o recrutamento da Alepi. Carreiras políticas com passagem por mais de um partido político é algo constitutivo da vida política brasileira, seja em nível nacional ou no subnacional. A tabela 07 nos mostra o primeiro cargo público ocupado pelos eleitos antes de cada legislatura, vale lembrar que, em alguns casos, o primeiro cargo público ocupado foi o cargo de deputado estadual.

Tabela 07: Primeiro cargo público ocupado pelos deputados estaduais antes de cada pleito analisado

	1998		2002		2006		2010		2014	
	Nº	%								
Servidor público concursado	9	30,00%	11	36,66%	10	33,33%	8	26,66%	5	16,66%
Deputado estadual	7	23,33%	7	23,33%	8	26,66%	8	26,66%	7	23,33%
Vereador	5	16,66%	3	10,00%	6	20,00%	4	13,33%	6	20,00%
Prefeito	3	10,00%	3	10,00%	3	10,00%	5	16,66%	5	16,66%
Diretor de instituições públicas	1	3,33%	1	3,33%	-	-	2	6,66%	2	6,66%
Secretário municipal/estadual	1	3,33%	-	-	-	-	1	3,33%	2	6,66%
Chefe/Assessor de gabinete	1	3,33%	1	3,33%	1	3,33%	-	-	-	-
Deputado federal	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,33%
Não ocupou cargo anterior	3	10,00%	4	13,33%	2	6,66%	2	6,66%	2	6,66%
Total	30	99,98%	30	99,99%	30	99,98%	30	99,97%	30	99,97%

Fonte: Dados do TSE, TRE-PI e Alepi.gov

Ao analisarmos a tabela 07 sobre o nível e tipos de cargos que foram ocupados pelos deputados eleitos fica evidente que o primeiro cargo público ocupado por estes com maior destaque foi como servidores públicos, em média 29%. Ou seja, 43 cadeiras ficaram com este tipo de cargo como o primeiro cargo público ocupado antes do cargo de deputado estadual. Ao elaborarmos essa tabela, ficou evidente que muitos desses deputados eleitos, que tiveram o primeiro cargo público no serviço público, ou seja, obtido através de concurso público, passaram depois pelos cargos de vereador e/ou prefeito antes da conquista de uma vaga no Parlamento estadual.

O segundo tipo de cargo que ocupado pelos deputados que se fez mais presente foi o de deputado estadual, com 25% do total de cadeiras concorridas durante o período analisado. Esse valor é expressivo, pois indica a existência de candidatos que no pleito anterior haviam entrado na Alepi sem ter ocupado nenhum tipo de cargo público, sendo o primeiro o mandato de deputado estadual e que nos pleitos seguintes conseguiram a reeleição, ocupando ao longo de período analisado 37 cadeiras. Para esse caso, podemos utilizar para efeitos de comparação a taxa de reeleição da Alepi durante os anos de 1998 e 2014, que é de 67%. Dessa forma, a taxa de reeleição apresenta a presença predominante de parlamentares com carreiras construídas exclusivamente no legislativo, sugerindo para um tipo de institucionalização do parlamento estadual.

Os cargos municipais de vereador e prefeito ocuparam 16% e 13%, respectivamente, do total de vagas em disputa. Observamos que o cargo de vereador ocupou 24 cadeiras durante os anos de 1998 e 2014; já o cargo de prefeito ocupou 19 vagas; nota-se que esses dois cargos eletivos são os pontos de partida mais comuns entre os deputados estaduais eleitos, com o somatório resultando em 29%. O cargo de diretoria de instituições públicas ocupou 4%; secretário municipal e/ou estadual ficou com 3% das cadeiras; Chefe/Assessor de gabinete com 2%; Deputado federal com menos de 1%, neste caso apenas um deputado que era deputado estadual, depois conseguiu um mandato na Câmara Federal e retornou à Alepi; e o restante, 9% não ocuparam nenhum cargo público anterior ao mandato Legislativo; esses são os herdeiros políticos diretos, ou seja, aqueles que *herdam* a vaga na Alepi de algum parente próximo.

Observamos que 92% do total das cadeiras em disputa que foram ocupadas por deputados vinham de algum cargo público, seja ele no serviço público, no legislativo estadual, cargos municipais ou funções administrativas no interior da máquina pública. Essa constatação nos levar a crer que o legislativo estadual é um local de indivíduos de carreira consolidada, com razoável estabilidade e que pode oferecer atração para os

políticos, mesmo como degrau para outros centros decisórios do sistema político. Por outro lado, não podemos precisar que o poder legislativo piauiense seja ocupado por indivíduos formados exclusivamente nesse espaço e que a Alepi não está isenta da entrada de indivíduos que não pertencem ao parlamento (COSTA, 2007, p. 146).

A tabela 08 apresenta o tempo de carreira política acumulado pelos deputados estaduais antes de cada ano eleitoral. Vale lembrar que os mandatos legislativos foram contabilizados e que o tempo de serviço dos funcionários públicos (concursados) não foram contados, foram somados apenas os cargos legislativos (vereador, prefeito, deputado estadual e federal). No item “não contabilizado” significa que esses deputados assumiram cargos públicos anteriormente, mas não tivemos acesso à data exata de ingresso não sendo possível, dessa forma, realizar a soma.

Tabela 08: Tempo de carreira política dos deputados estaduais (1998-2014)

Tempo acumulado	1998		2002		2006		2010		2014	
	Nº	%								
Até 10 anos	10	33,33%	14	46,66%	12	40,00%	11	36,66%	8	26,66%
Até 15 anos	2	6,66%	3	10,00%	3	10,00%	4	13,33%	5	16,66%
Até 20 anos	7	23,33%	6	20,00%	2	6,66%	3	10,00%	7	23,33%
Até 25 anos	1	3,33%	-	-	6	20,00%	1	3,33%	1	3,33%
Até 30 anos	2	6,66%	2	6,66%	-	-	4	13,33%	2	6,66%
Acima dos 30 anos	-	-	1	3,33%	2	6,66%	1	3,33%	1	3,33%
Não acumulou	3	10,00%	4	13,33%	2	6,66%	2	6,66%	3	10,00%
Não contabilizado	5	16,66%	-	-	3	10,00%	4	13,33%	3	10,00%
Total	30	99,97%	30	99,98%	30	99,98%	30	99,97%	30	99,97%

Fonte: Dados do TSE, TRE-PI e Alepi.gov

Ao analisarmos o tempo de carreira política que foi acumulado pela elite parlamentar antes e durante o período em questão, revelou que do total de cadeiras disponível para todo o período estudado, 79% foram ocupadas por candidatos que tiveram algum cargo público e que acumularam anos de serviço. Se analisarmos aqueles que ocuparam algum cargo público antes de cada pleito, mas que não conseguimos contabilizar seu tempo de carreira, esse número sobe para 90%, ou seja, quase todos tiveram alguma experiência política prévia. Com os resultados expostos nas tabelas 07 e 08, podemos verificar que a experiência dos parlamentares foi significativa, visto que os “preparam” para a vida política do estado.

De acordo com a tabela 08, em média, 36,6% dos deputados eleitos durante todo o período analisado tinha até 10 anos de carreira política, o que pode ser considerada uma trajetória relativamente extensa. Aqueles que acumularam até 15 anos de carreira política, em média, totalizam 11,3%. A segunda maior taxa de carreira política acumulada foi de até 20 anos, resultando na média de 16,6% durante os últimos cinco anos eleitorais. Segundo Putnam (1976 *apud* CODATO; ALMEIDA, 2007, p. 117) o tempo de carreira dos membros das elites política pode indicar o grau de permeabilidade da elite: quanto menor a trajetória política dos indivíduos tanto maior a permeabilidade da elite a *outsiders*, o que é contrário ao que os dados para o caso piauiense mostram. Visualizamos que a maior parte dos deputados que foram eleitos passou por cargos públicos e acumularam tempo de carreira, reduzindo espaço para aqueles que não pertencem a esse grupo, ou seja, reduzindo a entrada dos *outsiders*.

Considerações finais

Este trabalho tentou traçar e analisar o perfil da carreira política dos deputados estaduais que foram eleitos entre os pleitos de 1998 e 2014. Diante disso, podemos tirar algumas conclusões acerca do que foi encontrado como resultado da pesquisa.

De início, podemos lembrar sobre a análise comparativa entre o local de nascimento dos candidatos eleitos e o local do primeiro cargo público antes de ingressarem ao Parlamento: vimos que era reduzida a estreia de mandatos na Assembleia Legislativa, prevalecendo a continuidade de mandatos da maioria. Tivemos como média de manutenção na Assembleia Legislativa no período estudado (1998-2014) uma taxa de 67,3% enquanto a média de renovação foi de 32,66%.

Em seguida, observamos que a maioria dos deputados ingressou pela primeira vez na Alepi com idade entre 31 e 40 anos, com a média de 47% do período analisado. Quando analisamos a idade dos deputados eleitos ao ingressarem no primeiro cargo público, temos como resultado a faixa de idade mais frequente de 21-30 anos, o que nos leva a entender que os candidatos ao posto de deputado estadual iniciaram cedo as atividades públicas, totalizando a média de 45%.

No que diz respeito ao local de nascimento dos deputados estaduais, observamos uma predominância daqueles que nasceram no interior do estado (em média de 57% do

valor total) em comparação aos nascidos na capital (em média 34%) e em outros Estados (em média 8%). Quando analisamos o local de nascimento comparado com o local do primeiro cargo ocupado pela Elite Parlamentar, observamos que em média 76% de todo o período analisado ocuparam seu primeiro cargo público na capital, contra, em média, 20% daqueles que ocuparam no interior do estado. Quanto ao local de início da carreira política dos deputados estaduais em comparação ao último cargo ocupado antes de cada pleito mostra que não houve uma significativa mobilidade geográfica; mas vale ressaltar que a pouca mobilidade geográfica que ocorreu foi em direção à capital do estado.

Quando analisamos a experiência partidária dos deputados estaduais eleitos, observamos a história construída dos deputados estaduais nos partidos políticos. Notamos com os resultados que a maior parte dos deputados eleitos entre os anos de 1998 e 2014 estiveram apenas em um partido antes de cada pleito estudado, ou seja, em média 54% dos deputados pertenceram ao partido em que foram eleitos; por outro lado, em média 46% passaram por pelo menos dois partidos antes de assumirem o cargo na Alepi. Dessa forma, a maioria dos deputados estaduais eleitos no período em questão tiveram mudanças partidárias no decorrer da sua trajetória política.

Ao analisarmos o nível e tipos de cargos que foram ocupados pelos deputados eleitos fica evidente que o primeiro cargo público ocupado por estes com maior destaque foi como servidores públicos, em média 29%. O segundo tipo de cargo que foi ocupado pelos deputados que se fez mais presente foi o de deputado estadual, com 25% do total de cadeiras concorridas durante o período analisado. Os cargos municipais de vereador e prefeito ocuparam 16% e 13%, respectivamente, do total de vagas em disputa. O cargo de diretoria de instituições públicas ocupou 4%; secretário municipal e/ou estadual ficou com 3% das cadeiras; Chefe/Assessor de gabinete com 2%; Deputado federal com menos de 1%, e o restante, 9% não ocuparam nenhum cargo público anterior ao mandato Legislativo, sendo esses os herdeiros políticos diretos.

Percebemos que 92% do total das cadeiras em disputa que foram ocupadas por deputados vinham de algum cargo público, seja ele no serviço público, no legislativo estadual, cargos municipais e funções administrativas no interior da máquina pública. Isso nos leva a concluir que a Assembleia Legislativa do Piauí é um local de indivíduos de carreira consolidada. Com os resultados sobre o tempo de carreira política que foi acumulado pela elite parlamentar antes e durante o período em questão, fica evidente essa afirmação, pois 79% das cadeiras foram ocupadas por candidatos que tiveram algum cargo público e que acumularam anos de serviço. Analisamos que em média, 36,6% dos

deputados eleitos durante todo o período analisado tinham até 10 anos de carreira política. Outros acumularam até 15 anos de carreira política, em média, totalizando 11,3%. A segunda maior taxa de carreira política acumulada foi de até 20 anos, resultando na média de 16,6% durante os últimos cinco anos eleitorais.

Vale ressaltar que o perfil da carreira política dos deputados estaduais elaborado e analisado nos mostrou que a maior parte dos deputados que foram eleitos passou por cargos públicos e acumularam tempo de carreira e, de certa forma, reduzem espaço para aqueles que não pertencem a esse grupo, ou seja, reduzem a entrada dos outsiders. Constatamos ao longo da pesquisa que a maior parte dos candidatos que conquistaram uma vaga no Parlamento Estadual possuía uma carreira política consolidada ou em fase de construção e que existe uma relação forte entre uma carreira política relativamente extensa para a conquista ao posto de deputado estadual.

POLITICAL ELITES AND OLIGARCHIES IN PIAUÍ: POLITICAL TRAJECTORY OF PARLIAMENTARY ELITE FROM PIAUÍ (1998-2014)

Abstract: The central argument of this article is about the political trajectory of State deputies from Piauí elected between 1998 and 2014. We understand the political trajectory as a crucial stage to raise political positions. Therefore, we will analyze the previous political career that was constructed by certain citizen inserted in a sphere of power, understanding how a person can conquer a seat in the State Parliament, in other words, to become a State Representative. For this, we will try to present in this work, in a systematic way, which is, using descriptive statistical resources such as the tables' construction and percentages calculation, the information that will be collected on the Parliamentarians who composed the elected benches between election campaigns from 1998 to 2014. The statistical data found on the TSE, TRE-PI and the websites of Legislative Assembly of Piauí were the main source used. The results lead us to believe that the existence of a political career consolidated or under construction helps in the achievement of a seat in the Legislative Assembly of Piauí.

Keywords: Political History, Parliamentary Elite from Piauí, Political Trajectory.

Referências

ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo, Editora M. Fontes, 1991.

ARRAES, Ricardo. O *baby boom* da oligarquia: de como a senda eleitoral reproduz a elite dirigente no Piauí. *Revista Eleições e Cidadania*, Teresina: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, n. 5, p. 19-54, jun., 2013-2014.

ARRAES, Ricardo. *Oligarquias e elites políticas no Piauí: 1982 – 1995*. 2000. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP.

BASTOS, Cláudio. *Família e Poder*. Belo Horizonte, ADM – Imprimaset, 1991.

BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Brasília: EdUnB, v.2, p. 954, 1982.

BOTTOMORE, T. B. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998.

BRANDÃO, Tânia M. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: A Elite Política Imperial*. Brasília, Editora UnB, 1981.

_____. *A formação das almas*. São Paulo, Cia das Letras, 1990.

CODATO, Adriano Nervo; ALMEIDA, Bruna Gisi Martins. *Vias de acesso a posições de poder: um estudo da trajetória da elite político-administrativa do governo Lerner*. In: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano Nervo; FUKS, Mário; BRAGA, Sérgio (org.). *Quem governa?* Um estudo das elites políticas do Paraná. Curitiba: Editora UFPR, p. 113-136, 2007.

COSTA, Luiz Domingos. *As avenidas do poder: a trajetória política dos deputados estaduais paranaenses (1995-2002)*. In: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano Nervo; FUKS, Mário; BRAGA, Sérgio (org.). *Quem governa?* Um estudo das elites políticas do Paraná. Curitiba: Editora UFPR, p. 137-156, 2007.

COUTO, Cláudio Gonçalves. Oligarquia e Processos de Oligarquização: O aporte de Michels à análise Política Contemporânea. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 20, n. 44, nov. 2012, p. 47-62. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n44a04.pdf>>. Acesso em: 29/03/2017.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 2 ed. São Paulo, Globo-USP, 1975.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. Elites Políticas Regionais: contornos teórico-metodológicos para identificação de grupos políticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 77, out. 2011, p. 176-249. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n77/14.pdf>>. Acesso em: 29/03/17.

FARIAS, Francisco P. *Do coronelismo ao clientelismo: a transição capitalista numa região do Piauí – 1982-1986*. 1999. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Unicamp, Campinas, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 12 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1995.

GOUVÊA, Julio Cesar. *A experiência acumulada: a carreira política da elite partidária do Paraná (1995-2002)*. In: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano Nervo; FUKS, Mário; BRAGA, Sérgio (org.). *Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: Editora UFPR, p. 157-169, 2007.

KELLER, Suzanne. *O destino das elites*. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1997.

MICHELS, R. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: EdUnB, 1982.

MOSCA, G. "A classe dirigente". In: *Sociologia Política*, Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias (1889-1943)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

PARETO, V. *As elites e o uso da força na sociedade*. In Souza, A. (org.). *Sociologia política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

_____. *Tratado de sociologia geral*. In J. A. Rodrigues. (org.). *Vilfredo Pareto: sociologia*. São Paulo: Ática, 1984.

PLATÃO. *A República*. 3 ed. São Paulo, Editora Martin Claret, 2000.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte: uma Análise Sócio-Política dos Partidos e Deputados*. São Paulo: OESP-Maltese, 1986.

_____. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos deputados*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2006.

SANTOS, André dos. *Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 33, ano 12, 1997.

SANTOS, José Lopes dos. *Política e políticos*. Teresina, Gráfica Mendes, 1992.

SILVA, Roberto J. *Elites Políticas: o caso piauiense*. In: *Serviço Social e Contemporaneidade*. *Revista de Serviço Social*, Teresina, EdUFPI, v. 1, n. 1, 1997.

SOARES, Gláucio A. D. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo, Difel, 1973.

WRIGHT MILLS, C. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

SOBRE OS AUTORES

Lívia Maria Silva Alves é mestranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Manoel Ricardo Arraes Filho é doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); docente da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Recebido em 06/03/2017

Aceito em 08/07/2017